

Intervenções cognitivo-comportamentais com homens autores de violência contra a mulher: revisão integrativa da literatura

Cognitive-behavioral interventions with men's authors of violence against women:
integrative literature review

Julliane Quevedo de Moura, Ilana Luiz Fermann, Andriza Saraiva Corrêa

COGNITIVO – Centro de Psicoterapia Cognitivo-Comportamental.

Avenida Fernando Ferrari, 1745, Nossa Senhora de Lourdes.

97050-801. Santa Maria, RS, Brasil.

julli.m@hotmail.com; ilana.fermann@gmail.com; monografia@cognitivo.com

Resumo: Intervenções com homens autores de violência contra a mulher tornam-se fundamentais para o enfrentamento do fenômeno. Contudo, a avaliação, o monitoramento e a sistematização dessas intervenções são controversos. Este estudo visa analisar a literatura publicada referente às intervenções cognitivo-comportamentais utilizadas com homens autores de violência. Para o efeito, realizou-se uma revisão integrativa de artigos publicados entre 2000-2017, nas bases de dados Scielo, BVS e Scopus. Como resultado, foram selecionados treze estudos que cumpriram os critérios de inclusão definidos, divididos entre publicações do Brasil, Canadá, Espanha e EUA. As intervenções cognitivo-comportamentais identificadas revelaram-se promissoras na redução de comportamentos violentos, bem como possíveis agentes reestruturadores de crenças estereotipadas de gênero e facilitadores de engajamento motivacional na adesão à intervenção.

Palavras-chave: Violência; Homem autor de violência; Intervenção cognitivo-comportamental.

Abstract: Interventions with male perpetrators of violence against women become fundamental to the confrontation of the phenomenon. However, the evaluation, monitoring and systematization of these interventions are controversial. This study aims to analyze the published literature referring to the cognitive-behavioral interventions used with men authors of violence. For this purpose, an integrative review of articles published between 2000-2017 was carried out in the databases Scielo, VHL and Scopus. As a result, thirteen studies were selected that met the defined inclusion criteria, divided between publications from Brazil, Canada, Spain and the USA. Cognitive-behavioral interventions have shown great promise in reducing violent behaviors, as well as possible restructuring agents of stereotyped gender beliefs and facilitators of motivational engagement in intervention adherence.

Keywords: Violence; Batterers; Cognitive behavioral intervention.

Introdução

A violência contra as mulheres é considerada como um problema de saúde pública, bem como uma violação de direitos humanos. É um fenômeno complexo e multifacetado, que transcende barreiras da esfera econômica, racial, cultural e social (Garcia *et al.*, 2016). Entende-se por violência contra a mulher, ações danosas ou omissões, pautadas na desigualdade de gênero. Além disso, ela pode ocorrer no âmbito da unidade doméstica e familiar, e em qualquer relação íntima de afeto na qual o homem autor de violência conviva ou tenha convivido com a parceira (Zancan *et al.*, 2013). Estudos apontam que o atual ou ex-parceiro são identificados como os principais autores da violência (Brasil, 2015; Brasil 2016).

O acompanhamento voltado aos homens autores de violência, através dos centros de educação e de reabilitação, torna-se fundamental para a efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Souza e Souza, 2015; Winck e Strey, 2007). Visando à criação e desenvolvimento de programas de intervenções efetivas, a identificação de características psicossociais dessa população é imprescindível para o desenvolvimento de ações adequadas. A literatura aponta que homens perpetradores de violência contra mulher possuem crenças estereotipadas sobre papéis de gênero, elevados níveis de ciúme, expressão de raiva desadaptativa, bem como negação e/ou minimização da responsabilização da violência direcionada à parceira (Ansara e Hindin, 2009; Birkley *et al.*, 2015; Foran e O'Leary, 2008; McMahon *et al.*, 2015; Padovani e Willians, 2002; Saffioti, 1987).

As intervenções com homens autores de violência contra a mulher objetivam em sua maioria contribuir com a redução de comportamentos violentos e com a prevenção de novos episódios, ainda que seus resultados, nas mais diversas abordagens, se mostrem controversos. Ressalta-se que as dificuldades na avaliação de efetividade dessas intervenções podem estar relacionadas aos diferentes aspectos metodológicos, éticos, bem como diferenças de abordagem, de intervenções, de estratégias e de análises utilizadas (Cunha e Gonçalves, 2014). Os primeiros trabalhos voltados a intervenções

junto a homens autores de violência doméstica foram realizados por volta da década de 70 nos Estados Unidos, influenciados pelos ideais feministas e mudanças sociais, de caráter educacional e terapêutico (Manita e Matias, 2016).

No Brasil, os primeiros grupos de intervenção com homens autores de violência emergiram no início da década de 90, realizados majoritariamente por Organizações Não Governamentais (ONG's). A literatura científica internacional apresenta consolidação, principalmente no que diz respeito às intervenções baseadas na abordagem cognitivo-comportamental e psicoeducativa (Cunha e Gonçalves, 2014). Já o cenário da literatura científica nacional se faz incipiente e não sistematizado, mesmo após 12 anos da criação da lei que garante os respectivos acompanhamentos com a população alvo (Beiras, 2014; Lima e Buchele, 2011).

Nos últimos anos, após a promulgação da Lei 11.340/2006, os grupos de reeducação e responsabilização dos homens autores de violência têm sido implementados por algumas comarcas do Brasil (Brasil, 2006; Lopes e Leite, 2013). Segundo o Relatório "Mapeamento de Serviços de Atenção Grupal a Homens Autores de Violência contra Mulheres no Contexto Brasileiro" foram localizados 25 grupos de intervenção no ano de 2014. Os objetivos das intervenções, em sua maioria, concentraram-se em cessar a violência, produzir formas adaptativas de resolução de conflitos e, principalmente, promover a responsabilização dos atos violentos e reflexões relacionadas à identidade masculina e à construção de masculinidades. Das intervenções identificadas, 68,4% realizaram intervenções individuais e 68,4% das intervenções possuíam número de sessões determinadas. Das perspectivas metodológicas abordadas, 47,4% focaram na perspectiva psicoeducativa e apenas 5,3% focaram na perspectiva da clínica comportamental (Beiras, 2014).

Poletto *et al.*, (2018), através de uma revisão sistemática da literatura, buscaram identificar quais são as intervenções psicológicas que têm sido realizadas com homens perpetradores de violência conjugal, no período de 2010 a 2016, e se elas possuem evidências de efetividade na redução do comportamento agressivo posterior à

intervenção. O estudo evidenciou alguns modelos de intervenções difundidos, entre eles: o método norte americano *Duluth*, bem como intervenções sob a perspectiva cognitivo-comportamental, psicoterapia sistêmica cognitivo-comportamental e modelo transteórico da mudança. Entre os achados, evidenciaram-se diferenças metodológicas, desde tamanho e características da amostra até número de sessões e modelo teórico subjacente. O modelo *Duluth* se mostrou insuficiente na diminuição da perpetração da violência, já as intervenções baseadas no modelo cognitivo-comportamental apontaram resultados promissores, com redução de comportamento violento, ainda que necessitassem de avaliações de *follow up*.

Partindo da premissa que o modelo cognitivo-comportamental dispõe de amplas evidências científicas eficazes para tratamento no contexto clínico da saúde mental, é fundamental que investigações de sua validade em outros contextos sejam realizadas (Dobson e Dobson, 2009). Visto que não foi identificado em bancos de dados científicos estudos de revisão sistemática e integrativa específicas sobre intervenções cognitivo-comportamentais voltadas aos homens autores de violência contra mulher, o presente estudo buscou identificar quais são as principais contribuições das intervenções cognitivo-comportamentais nesse contexto. Teve ainda como objetivo identificar e descrever os principais achados, a fim de contribuir para a prática baseada em evidências nos centros de educação e responsabilização voltados aos homens autores de violência no cenário brasileiro.

Método

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura científica nacional e internacional. A revisão integrativa da literatura é considerada uma abordagem metodológica que permite sintetizar o conhecimento, proporcionando aplicabilidade de seus resultados na prática clínica (Souza *et al.*, 2010). Essa metodologia é a mais ampla referente às revisões, pois permite a utilização de estudos empíricos e teóricos, experimentais e não experimentais para a compreensão do fenômeno investigado.

Foram realizadas as seguintes etapas sugeridas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): 1) identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; 2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura; 3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) interpretação dos resultados; 6) apresentação da revisão e síntese do conhecimento.

O presente estudo partiu da questão norteadora “quais são as principais contribuições das intervenções cognitivo-comportamentais utilizadas com homens autores de violência contra a mulher?”, Além disso, buscou identificar e descrever os principais achados. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: a) artigos na íntegra que identificassem intervenções cognitivo-comportamentais realizadas com homens autores de violência contra a mulher; b) artigos publicados em português, inglês e espanhol; c) artigos publicados nos últimos vinte anos. Os critérios de exclusão definidos para a seleção dos artigos foram: a) artigos repetidos, isto é, que apareceram mais de uma vez em diferentes combinações de palavras-chave; b) trabalhos como teses, dissertações, livros, capítulos de livros, resenhas, críticas, comentários, editoriais, anais e relatórios científicos; c) artigos com acesso restrito e pagos.

A busca dos artigos foi realizada nos seguintes bancos de dados: SciELO, BVS e SCOPUS. Foram utilizados os seguintes descritores e suas combinações: “*cognitive behavioral therapy*” OR “*therapy*” OR “*psychotherapy*” OR “*psychological treatment*” OR “*intervention*” AND “*aggressor*” OR “*batterers*” OR “*prisoners*”. Para a etapa de categorização dos estudos, foi utilizada uma planilha desenvolvida no *Software Excel for Windows 2010®*, com o objetivo de facilitar a visualização e categorização dos artigos selecionados, o que gerou o banco de dados (título do artigo, autoria, periódico, ano, país, delineamento, amostra, objetivo do estudo, detalhes das intervenções e principais achados). Na etapa de avaliação dos estudos incluídos no banco de dados, foi realizada a leitura com o objetivo de subsidiar a análise e descrição detalhada das evidências. Consequentemente, a leitura possibilitou a interpretação dos resultados, a partir de um

processo de comparação, análise e interpretação dos dados, para então, responder à questão norteadora e aos objetivos do estudo. Por fim, foram apresentados os resultados evidenciados a partir de pesquisas previamente realizadas conforme os descritores.

Inicialmente foram encontrados 7.396 artigos científicos, sendo 719 na base de dados Scielo, 3.825 na base de dados BVS e 2.852 na base de dados Scopus. O fluxograma do processo está apresentado na figura 1. Após essa pré-seleção foi realizada a leitura exploratória dos títulos e resumos, o que possibilitou a exclusão daqueles estudos que não atenderam aos critérios de inclusão. Esse procedimento permitiu pré-selecionar 68 artigos científicos, sendo 13 da base Scielo, 19 da base BVS e 36 da base Scopus. Após a leitura integral dos 68 artigos pré-selecionados, 55 artigos científicos foram descartados devido aos critérios de exclusão deste estudo. Portanto, a amostra final constituiu-se de 13 artigos que buscaram consolidar a discussão.

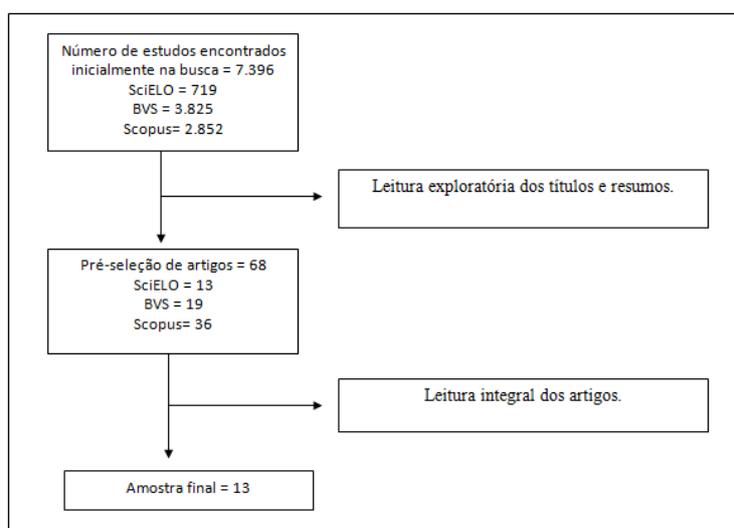


Figura 1. Fluxograma dos estudos encontrados e recuperados.

Figure 1. Flowchart of the studies found and retrieved.

Resultados e discussão

A partir da leitura dos artigos, observou-se que a maior parte se originou na Espanha (8). A distribuição foi seguida por Brasil (2), EUA (2) e Canadá (1). A caracterização dos artigos selecionados está apresentada na tabela 1. Salienta-se que o número reduzido de publicações americanas neste estudo foi devido ao acesso restrito

de suas produções científicas, tal fato caracterizou-se como critério de exclusão estabelecido previamente. Respectivos achados relacionados à quantidade de publicação produzida por cada país, vai ao encontro das constatações da literatura que apontam o predomínio do cenário internacional na produção do conhecimento sobre a consolidação das intervenções sob a abordagem cognitivo-comportamental com homens autores de violência contra a mulher (Cunha e Gonçalves, 2014; Beiras, 2014; Lima e Buchele, 2011), bem como, vai ao encontro de constatações sobre o número reduzido de publicações brasileiras sobre o tema (Beiras, 2014; Lima e Buchele, 2014).

Houve predomínio de publicações no ano de 2013, com seis artigos, seguidos do ano de 2010 com dois artigos e 2002, 2005, 2006, 2012 e 2016 com apenas um artigo respectivamente. Verificou-se que a distribuição não foi homogênea, tendo auge de publicações no ano de 2013. Cabe ressaltar que os estudos realizados no Brasil se referiram a intervenções com homens autores de violência realizadas previamente à promulgação da Lei 11.340/2006, a qual determina a obrigatoriedade dessa política pública. No que se refere aos delineamentos metodológicos, foram encontrados oito artigos quase-experimentais (Boira *et al.*, 2013; Connors *et al.*, 2012; Cortez *et al.*, 2005; Crane e Eckhardt, 2013; Echauri *et al.*, 2013; Echeburúa *et al.*, 2006; Galanes e Taberner, 2013; Loeffler *et al.*, 2010), um experimental (Rodríguez-Espartal e Lopez-Zafra, 2013), um estudo de caso (Padovani e Willians, 2002) e um estudo descritivo (Lila *et al.*, 2010). Dos artigos de revisão de literatura ou teóricos, dois foram identificados (Echeburúa, 2013; Echeburúa e Amor, 2016).

Percebeu-se que a amostra dos 13 estudos foi variada, partindo desde um estudo com 1 participante até uma amostra máxima de 300 participantes. O estudo de Poletto *et al.*, (2018) corrobora com tais achados, pois evidenciou estudos empíricos, experimentais ou quase-experimentais com amostras variando entre o número mínimo de 6 participantes, atingindo o máximo de 597 homens. A discrepância do número amostral pode resultar em distintas análises estatísticas ou percepções subjetivas de resultados, acarretando dificuldades de sistematização e generalização dos resultados

de efetividade das intervenções com homens autores de violência, conforme afirma Cunha e Gonçalves (2014).

Tabela 1. Caracterização dos artigos selecionados.

Table 1. Characterization of selected articles.

Autoria / Ano	Título	Periódico	País
Padovani e Willians (2002)	Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso	Psicologia em Estudo	Brasil
Cortez, Padovani e Willians (2005)	Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais	Estudos de Psicologia	Brasil
Echeburúa, Fernández-Montalvo e Amor (2006)	Psychological Treatment of Men Convicted of Gender Violence A Pilot Study in Spanish Prisons	International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology	Espanha
Lila et al. (2010)	Una Experiencia de Investigación, Formación e Intervención con Hombres Penados por Violencia contra la Mujer en la Universidad de Valencia: Programa Contexto	Intervención Psicosocial	Espanha
Loeffler et al. (2010)	Evaluating Shame Transformation in Group Treatment of Domestic Violence Offenders	International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology	EUA
Connors, Mills e Gray (2012)	An Evaluation of Intimate Partner Violence Intervention With Incarcerated Offenders	Journal of Intezpersonal Violence	Canada
Echeburúa (2013)	Adherencia al tratamiento en hombres maltratadores contra la pareja en un entorno comunitario: Realidad actual y retos de futuro	Psychosocial Intervention	Espanha
Echauri et al. (2013)	Effectiveness of a treatment programme for immigrants who committed gender-based violence against their partner	Psicothema	Espanha
Rodríguez-Espartal e Lopez-Zafra (2013)	Programa emocional para presos por violencia de género (PREMOVIGE): Efectividad en variables cognitivas y conductuales	Psychosocial Intervention	Espanha
Boira et al. (2013)	Intervención psicológica en la comunidad en hombres condenados por violencia de género	Anales de psicología	Espanha
Galanes e Taberner (2013)	El impacto del entrenamiento cognitivo-conductual. Un estudio exploratorio con agresores de género	Anuario de Psicología Jurídica	Espanha
Crane e Eckhardt (2013)	Evaluation of a Single-Session Brief Motivational Enhancement Intervention for Partner Abusive Men	Journal of Counseling Psychology	EUA
Echeburúa e Amor (2016)	Hombres violentos contra la pareja: ¿tienen un trastorno mental y requieren tratamiento psicológico?	Terapia Psicológica	Espanha

Foram constatadas diferenças de objetivos entre os estudos localizados, indo desde os que visaram avaliar a efetividade de uma intervenção cognitivo-comportamental para homens autores de violência contra a mulher (Boira *et al.*, 2013; Connors *et al.*, 2012; Cortez *et al.*, 2005; Crane e Eckhardt, 2013; Echauri *et al.*, 2013; Echeburúa *et al.*, 2006; Galanes e Tabernerero, 2013; Loeffler *et al.*, 2010; Rodríguez-Espartal e Lopez-Zafra, 2013), passando pelos que analisaram variáveis associadas ao contexto de violência contra mulher perpetrada por homens (Padovani e Willians, 2002), até os que contribuíram para a construção teórica sobre a temática (Echeburúa, 2013; Echeburúa e Amor, 2016; Lila *et al.*, 2010).

Evidenciou-se, entre os principais resultados dos artigos, que os tratamentos realizados com homens autores de violência contra a mulher, sob a abordagem cognitivo-comportamental, de uma forma geral apresentaram resultados aceitáveis e promissores, apesar de suas limitações metodológicas e de amostragem. O estudo de Echauri *et al.*, (2013) apontou a efetividade de uma intervenção cognitivo-comportamental de 20 sessões individuais, uma hora cada, realizadas com 300 homens que cometeram violência contra a parceira (n=150 imigrantes e n=150 espanhóis). Os principais eixos abordados na intervenção foram aspectos motivacionais e de responsabilização do crime (sessões 1-3), bem como aspectos voltados à empatia, habilidades sociais, manejo de raiva e modificação de crenças distorcidas (sessões 4-15). Por fim, a intervenção abordou técnicas de prevenção à recaída, auxiliando na identificação e manejo de situações de riscos (sessões 16-20). Através de um acompanhamento de follow-up de 12 meses, a intervenção a taxa de manutenção de ganhos, entre eles a não reincidência, foi de 87,3% entre os imigrantes e 86,6% entre os espanhóis.

Tais achados representaram um bom indicador da manutenção dos resultados de intervenções cognitivo-comportamentais com homens autores de violência a longo prazo. Esses dados também são observados em uma intervenção cognitivo-

comportamental brasileira, ainda que existam diferenças consideráveis como a característica amostral (n=8), e com o formato terapêutico (grupal). O referido estudo de Cortez *et al.*, (2005) apontou a efetividade de uma intervenção de 8 sessões, sendo uma por semana, com duas horas de duração cada uma (com intervalo de 15 minutos), ao longo de dois meses. Foram utilizadas técnicas que objetivaram a responsabilização do ato violento, bem como a redução desses comportamentos. Entre os elementos estruturais da intervenção, destacaram-se a dinâmica de apresentação do grupo, exposição sobre um tema e sua posterior discussão, controle da raiva, treino de relaxamento e de assertividade, role-playing, confrontação, time-out, auto-observação e tarefa de casa. Os resultados apontaram para a redução das agressões, tendo sido registrados dois casos de reincidência.

Dentre as principais contribuições da perspectiva cognitivo-comportamental no contexto de intervenções para o contexto de enfrentamento de violência, perpetrada por homens contra as mulheres, ressaltou-se neste estudo seis principais eixos: a) adesão à intervenção; b) flexibilização de crenças rígidas; c) responsabilização da violência; d) treinamento de habilidades sociais; e) regulação emocional e manejo de condutas violentas; f) prevenção à recaída.

A adesão à intervenção, bem como os aspectos motivacionais envolvidos nos participantes, foi abordada em 54% dos artigos da amostra (n=7). A literatura aponta que investir nos aspectos motivacionais nas intervenções pode contribuir com o aumento da prontidão para a mudança, diminuição de atribuições de culpa, maior cumprimento de tarefas de casa e maior adesão (Crane e Eckhardt, 2013; Miller e Rollnick, 2002). Além disso, a taxa de abandono desses programas é alta, principalmente nas designadas judicialmente. Focar nos aspectos motivacionais pode auxiliar a reverter essa realidade (Echeburúa e Amor, 2016).

O estudo de Echeburúa (2013) buscou analisar a efetividade de oito intervenções, nacionais e internacionais, a respeito da aderência de homens autores de violência contra mulher nos programas. Os resultados apontaram que as intervenções sob um

enfoque cognitivo-comportamental, intensivas e precoces, possuem indicadores mais aceitáveis de sucesso. Ainda, ressaltou que as taxas de abandonos são existentes em diversos estudos, no entanto, aqueles que utilizaram estratégias de entrevista motivacional, de criação de uma aliança terapêutica positiva, bem como do desenvolvimento de técnicas de retenção, apresentaram maior adesão.

Outra pesquisa, realizada por Lila *et al.*, (2010), indicou a importância de ações voltadas à adesão da população de autores de violência nos programas de intervenções. Seu programa cognitivo-comportamental, através do enfoque ecológico, utilizou, na primeira fase de implementação, a entrevista motivacional. Tais aspectos motivacionais foram revisados periodicamente ao longo da intervenção. O clima de confiança foi incentivado, tanto com os participantes quanto entre os coordenadores, com intuito de promover a participação ativa (através de tarefas para fazer em casa). Estratégias de retenção, tais como chamadas de telefone também foram usadas quando um participante não comparecia, objetivando manter o vínculo e contribuir para o retorno do participante ao programa. Embora o estudo não tenha apontado dados conclusivos, os dados preliminares indicaram que essas estratégias estavam produzindo resultados positivos.

No que se refere à inclusão da perspectiva de gênero, juntamente com a abordagem cognitivo-comportamental, 38% dos artigos (n=5) foram evidenciados. Visto que a violência contra a mulher é considerada como violência de gênero, desconstruir papéis estereotipados sobre o ser mulher e ser homem torna-se fundamental. Tais papéis estereotipados derivam de uma organização social e cultural de gênero que privilegia o masculino e subjuga a mulher (Saffioti, 1987; Saffioti, 1999). Focar na perspectiva de igualdade de gênero contribui para a reestruturação cognitiva de representações rígidas que muitos desses homens possuem sobre a mulher e sobre a violência (Echeburúa *et al.*, 2006).

Estudos realizados com homens autores de violência contra a mulher, no contexto brasileiro, evidenciaram crenças estereotipadas de gênero que os homens

perpetradores de violência possuíam sobre suas parceiras (Cortez e Souza, 2010; Paixão *et al.*, 2018). De acordo com percepção de quatro homens denunciados por agressões a mulher, foi possível observar que os entrevistados possuíam concepções tradicionais de gênero referidas em discursos que explicitaram o papel do homem como viril, que detém o poder, provedor e cuidador da família, bem como o papel da mulher como dedicada às tarefas do lar, carinhosa e submissa. O uso da violência foi percebido como um meio de controlar as parceiras, visando à manutenção da masculinidade (Cortez e Souza, 2010).

Programas que enfatizam a mudança de crenças dessa população mostraram-se promissores. O estudo de Echeburúa *et al.*, (2006), realizado com 52 homens autores de violência contra mulheres, os quais encontravam-se presos e aceitaram participaram voluntariamente, identificou nessa população uma melhoria significativa das crenças irracionais sobre mulheres e violência. A intervenção foi realizada sob o enfoque cognitivo-comportamental, focando em aspectos de violência de gênero, com duração de 20 sessões. Os participantes possuíam distorções cognitivas referentes à compreensão da mulher como inferior, além disso, possuíam crenças de que a violência era a forma mais viável de resolução de conflitos. O uso da psicoeducação baseada na igualdade de gênero, bem como a reestruturação cognitiva, fomentou e possibilitou a mudança e a flexibilização de estereótipos.

Os achados similares são encontrados no estudo realizado por Rodríguez-Espartal e Lopez-Zafra (2013). Participaram 36 homens presos por violência contra mulher e foram distribuídos em três grupos em função do tratamento que receberam: cognitivo-comportamental (n=11), emocional (n=13) e controle (n=12). A variável sobre pensamentos distorcidos sobre a mulher e sobre o uso da violência foi medido pelo instrumento chamado *Inventario de Pensamientos Distorsionados (IPDMC)* pré e pós-teste. O uso da intervenção cognitivo-comportamental apresentou diferenças significativas na diminuição dos pensamentos distorcidos em comparação ao grupo controle. Contudo, a intervenção emocional, pautada sob a perspectiva positiva e inteligência emocional,

mostrou-se mais efetiva na diminuição dos pensamentos distorcidos do que a cognitivo-comportamental e do que o grupo controle.

Em relação à inclusão de técnicas que pretenderam abordar a responsabilização da violência com os homens perpetradores, 31% dos artigos da amostra (n=4) foram identificados. Um estudo brasileiro, realizado por Rosa et al., (2008), evidenciou através do discurso de homens perpetradores de violência contra mulher que eles não identificaram que as ações violentas os caracterizavam como autores de violência. Ou seja, os homens não se responsabilizaram pelo ocorrido e atribuíram a violência a fatores externos como comportamentos das parceiras e uso de substância. Tal fato propicia uma incapacidade de experimentar culpa e de aprender com a experiência, tornando-se vulnerável à reincidência (Rosa et al., 2008).

Boira *et al.*, (2013) através da avaliação de um programa de intervenção, realizado com 46 homens condenados por violência contra mulher, distribuídos em três condições de tratamento: terapia grupal aberta (n=15), terapia grupal estruturada (n=16) e grupo controle (n=15), utilizou no primeiro bloco da intervenção grupal estruturada, técnicas relacionados à responsabilização do crime. O formato de terapia grupal estruturada mostrou valores de mudanças mais significativos de uma forma geral. Em relação a uma das variáveis avaliadas sobre empatia, dentro do bloco de responsabilização do crime, através do instrumento *Índice de Reactividad Interpersonal (IRI)*, foi possível observar mudanças significativas de responsabilização por parte dos participantes. Contudo, os autores ressaltaram a necessidade de instrumentos mais sensíveis para avaliar as outras variáveis relacionadas à responsabilização do crime.

Trabalhar na perspectiva de responsabilização do crime é essencial, pois o homem autor de violência apresenta tendência de minimizar seus atos e culpabilizar a parceira (Lila *et al.*, 2010). Além disso, a relação entre não assumir responsabilidade do ato pode estar associada à reincidência de novos episódios de violência (Echeburúa *et al.*, 2010). Nesse caso, o homem deve ser confrontado empaticamente. A intervenção cognitivo-comportamental juntamente com a atribuição de responsabilidade pode

contribuir para a transformação pessoal e modos mais adaptativos de pensar e agir (Molina *et al.*, 2016).

No que diz respeito aos estudos que intervêm em habilidades sociais de homens autores de violência contra mulher, 54% da amostra (n=7) voltaram-se ao treino de habilidades sociais (treino de assertividade e treino de habilidade de comunicação, treino da auto-observação, etc.), visando disponibilizar novas ferramentas comportamentais para resolução de conflitos. O treino de habilidades sociais nesses programas auxilia na adequação da interação social, proporcionando a mudança da maneira agressiva para a assertiva. Além disso, o treino de habilidades sociais auxilia na resolução adequada de problemas entre o casal (Cortez *et al.*, 2005; Echeburúa e Amor, 2016).

Um estudo realizado com 104 casais heteroafetivos que objetivou caracterizar o relacionamento conjugal e as táticas de resolução de conflito, identificou que a maioria dos casais participantes considerou vivenciar relacionamento conjugal harmônico. Contudo, os homens entrevistados, cerca de 80%, referiram ter usado agressão psicológica menor como forma de resolução de conflitos, e 18% referiram ter realizado agressão psicológica grave com suas parceiras. Em relação à lesão corporal, incluindo menor e maior grau, 12% dos homens referiram ter utilizado como forma de resolução em um conflito conjugal (Bolze *et al.*, 2013).

Cortez *et al.*, (2008), em um estudo que buscou eliminar ou reduzir a violência em sete homens denunciados por suas parceiras, focou em uma das oito sessões da intervenção, o treino de habilidades sociais. Na respectiva sessão, os terapeutas utilizaram a psicoeducação sobre as formas de comunicação, entre elas: comunicação passiva, assertiva ou agressiva. Exemplos de situações reais e hipotéticas foram utilizados para que os participantes tivessem a oportunidade de participar ou observar a representação dos papéis referentes a cada um dos três tipos de enfrentamento de uma situação problema através da técnica de *role-playing*. No contexto da intervenção de oito

sessões, juntamente com outras técnicas, o treino de habilidades sociais se mostrou adequado e efetivo para essa população.

Técnicas de habilidades sociais também foram implementadas em um programa de intervenção proposto por Connors *et al.*, (2012). O programa composto por seis módulos incorporou um módulo focado em princípios de aprendizagem cognitivo-comportamentais para propiciar aprimoramento e mudanças no âmbito das habilidades sociais dos participantes. Além disso, contou com estratégias terapêuticas advindas da Terapia Racional-Emotiva Comportamental, e seu modelo ABC, desenvolvido por Albert Ellis. O módulo desenvolveu habilidades através de dramatizações e passos sistemáticos voltados aos déficits identificados. Vinhetas foram realizadas para avaliar as respostas dos participantes a potenciais situações de risco relevantes no contexto violento. Duas versões de cinco vinhetas cobriram as áreas de ciúme, emprego e finanças, substância, problemas de abuso, rejeição sexual. Uma versão foi administrada pré-programa e a segunda versão pós-programa. As habilidades sociais foram avaliadas nos seguintes domínios: resposta comportamental, interpretação e perspectiva. Os achados do estudo indicam efetividade no programa desenvolvido, proporcionando mudanças e estratégias aos homens participantes.

Em torno de 77% dos artigos (n=10), visaram aspectos de regulação emocional e manejo de condutas violentas com a população alvo. Conforme a literatura científica, homens autores de violência contra a mulher possuem índices mais elevados de raiva, além do mais, muitos dos conflitos domésticos e familiares contra a mulher também estão relacionados à dificuldade de expressão emocional que os homens possuem (Birkley *et al.*, 2015; Echeburúa e Amor, 2016; Foran e O'Leary, 2008). Portanto, intervir no manejo da raiva é um dos meios existentes de proporcionar novos repertórios cognitivos e comportamentais, prevenindo condutas violentas futuras.

A técnica de time-out, utilizada em um estudo de avaliação de efetividade de intervenção com homens autores de violência contra mulher, se mostrou efetiva no manejo da raiva. Em uma das oito sessões da intervenção, trabalharam-se temas como

“Pensamento quente e pensamento frio”, focando a psicoeducação de elevação e redução da tensão; bem como controle da raiva propriamente dito. Os terapeutas cognitivo-comportamentais enfatizaram aos participantes a importância da auto-observação para detectar estímulos discriminativos e indicativos de comportamentos agressivos. No término da sessão, discutiram-se aspectos de relevância do manejo da raiva e das situações problemas no âmbito das relações, e na adequação social (Cortez *et al.*, 2008).

Ainda que Boira *et al.*, (2013) tenham desenvolvido um programa de tratamento para perpetradores de violência contra mulher, com um bloco terapêutico intitulado *control de emociones*, o qual buscou intervir em aspectos emocionais psicopatológicos como a raiva e a impulsividade, as descrições de técnicas utilizadas não foram descritas. O mesmo ocorre com um programa de intervenção proposto por Lila *et al.*, (2010), o qual implementou em um de seus sete módulos variáveis de mudanças pessoais como raiva e suas técnicas de manejo. Contudo, não as descrevendo. Apesar disso, ambos os programas de intervenção mostraram-se efetivos e com medidas significativas de mudanças. Ressalta-se a necessidade da obtenção de instrumentos sensíveis e adequados para a medição das variáveis.

Por fim, enfatiza-se que 54% dos artigos (N=7) incorporaram prevenção à recaída nas intervenções. A prevenção de recaídas torna-se um elemento fundamental. Identificar gatilhos, visar soluções e interromper com ciclo da violência visando à proteção da mulher em situação de violência, bem como proporcionar meios mais adaptativos e saudáveis do homem se relacionar, constitui um polo fundamental no plano de enfrentamento à violência (Manita, 2006; Manita e Matias, 2016).

Galanes e Tabernero (2013) incluíram em seu programa de intervenção cognitivo-comportamental, técnicas voltadas à prevenção de recaída. O programa teve a duração de 24 sessões, distribuídas em uma sessão grupal por semana, durante seis meses. A última fase consistiu-se em prevenir a reincidência, e foi programada em duas sessões de seguimento, uma após um mês da finalização do programa, e a última sessão

de seguimento após dois meses de finalização. Tais sessões foram individuais, e pretendiam assegurar a manutenção dos ganhos dos participantes e mapear riscos. A avaliação do programa contou com medidas pré, entre, e pós-tratamento. Transcorrido nove meses desde o início do programa, foi possível observar a manutenção dos ganhos em aproximadamente 90% dos homens autores de violência, como melhorias na capacidade de comunicação, controle de raiva e flexibilização de crenças machistas.

A importância da prevenção à recaída direcionada à população de homens autores de violência também é evidenciada no estudo de Echaúri *et al.*, (2013). A intervenção cognitivo-comportamental, realizada com 300 homens, teve sua estrutura dividida em vinte sessões de uma hora semanal cada. A prevenção de recaída foi trabalhada nas últimas cinco sessões (16-20) e focou na identificação de situações de risco para o comportamento violento, bem como proporcionou ferramentas de enfrentamento alternativas a estratégias violentas para resolução dos conflitos. A intervenção contou com medidas de avaliação de medidas múltiplas repetidas nos momentos pré, pós-tratamento e de seguimento de 12 meses. Apesar das limitações do estudo, como homogeneidade da amostra, os achados apontaram para a efetividade da intervenção e da redução da violência dos homens para com as parceiras.

Considerações finais

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um fenômeno complexo, por isso, é necessário mover esforços para seu enfrentamento. Um dos meios de atingir esse objetivo é intervir não somente na perspectiva da mulher em situação de violência, mas também na do homem autor da violência, visto que a relação violenta envolve ambos os parceiros. Tanto a lei brasileira quanto a lei espanhola são reconhecidas como referências mundiais no enfrentamento à violência contra as mulheres. Contudo, nota-se através deste estudo, uma disparidade entre ambos os países no quesito investimento em

pesquisas voltadas a intervenções com homens que cometem a violência contra a mulher.

Mesmo com a promulgação da Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que prevê os grupos de reeducação e responsabilização dos homens autores de violência, é notório que o cenário brasileiro necessita urgentemente fomentar pesquisas que contribuam para a sistematização de intervenções efetivas com essa população. Os achados na literatura corroboram para tal constatação, visto que dois estudos brasileiros encontrados nessa revisão são prévios à criação da lei Maria da Penha. O país da Espanha prevê em sua lei orgânica 1/2004, conhecida como *Ley de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género*, medidas de sensibilização, prevenção e detecção da violência de gênero juntamente ao homem autor da violência. Percebe-se que o cenário espanhol move cada vez mais esforços em pesquisas direcionadas a intervenções com homens autores de violência, dentre elas intervenções em contextos prisionais e comunitários.

Das intervenções destacadas nesta revisão integrativa da literatura, foram encontradas práticas baseadas em evidências que indicaram resultados promissores do uso da abordagem cognitivo-comportamental com homens autores de violência contra a mulher, tanto na redução de comportamentos violentos, bem como na flexibilização de crenças estereotipadas de gênero. Além disso, tais práticas indicaram que abordar aspectos motivacionais e de responsabilização do crime podem engajar esses homens no processo de mudança. Sendo a abordagem cognitivo-comportamental uma prática que se fundamenta no princípio de que as emoções e o comportamento de um indivíduo estão diretamente ligados à forma como este avalia suas experiências no mundo, os achados apontaram que incluir a perspectiva de gênero junto à intervenção cognitivo-comportamental pode gerar flexibilização de crenças rígidas. Ou seja, objetivar a desconstrução de estereótipos de gênero é de sua importância para a diminuição de condutas violentas direcionadas às mulheres.

Cabe salientar que este estudo possuiu limitações quanto ao alcance total das pesquisas realizadas sobre o tema, pois a busca resumiu-se a três bases de dados, além disso, muitos dos artigos encontrados foram excluídos devido ao seu acesso restrito. Portanto, sugere-se que estudos futuros busquem revisar essa parcela em específico, para que as conclusões sejam melhores subsidiadas. Finalmente, foi possível obter uma perspectiva mais detalhada de intervenções cognitivo-comportamentais com homens autores de violência que geraram resultados promissores, facilitando o acesso aos profissionais interessados ao conhecimento produzido sobre o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Referências

- ANSARA, D.L.; HINDIN, M.J. (2009). Perpetration of intimate partner aggression by men and women in the Philippines: prevalence and associated factors. *Journal Interpersonal Violence*, **24**(9): 1579 – 90. <https://doi.org/10.1177/0886260508323660>
- BEIRAS, A. (2014). Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. Disponível em: http://noos.org.br/portal/wpcontent/uploads/2015/04/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf. Acesso em 07/01/2019
- BIRKLEY, E.L.; CHRISTOPHER, I.; ECKHARDT. (2015). Anger, hostility, internalizing negative emotions, and intimate partner violence perpetration: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, **37**: 40-56. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpr.2015.01.002>
- BOIRA, S.; LÓPEZ H.Y.; TOMÁS-ARAGONÉS, L.; GASPAR, A. (2013). Intervención psicológica en la comunidad en hombres condenados por violencia de género. *Anales de Psicología*, **29**(1): 19-28. <http://dx.doi.org/10.6018/analesps.29.1.130631>
- BOLZE, S.D.A.; CREPALDI, M.A.; SCHMIDT, B.; VIEIRA, M.L. (2013). Relacionamento Conjugal e Táticas de Resolução de Conflito entre Casais. *Atualidades em psicologia*, **27**(11): 71-85. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0258-64442013000100006. Acesso em 07/01/2019.
- BRASIL. (2006). Lei Maria da Penha Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006 coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 37 p.

- BRASIL. (2015). Pesquisa violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/pesquisa-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-datasetado-2015/>. Acesso em 07/01/2019.
- BRASIL. (2016). Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher. Disponível em: http://www.spm.gov.br/balanco180_2016-3.pdf. Acesso em 07/01/2019.
- CONNORS, A.D.; MILLS, J.F.; GRAY, A.L. (2012). An evaluation of intimate partner violence intervention with incarcerated offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, **27**(6): 1176-1196. <https://doi.org/10.1177/0886260511424499>
- CORTEZ, M.B.; PADOVANI, R.C.; WILLIAMS, L.C.A. (2005). Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, **22**(1): 13-21. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2005000100003>
- CORTEZ, M.B.; SOUZA, L. (2010). A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, **62**(2): 129-142. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200012. Acesso 07/01/2019.
- CRANE, C.A.; ECKHARDT, C.I. (2013). Evaluation of a single-session brief motivational enhancement intervention for partner abusive men. *Journal of Counseling Psychology*, **60**(2): 180-187. <https://doi.org/10.1037/a0032178>
- CUNHA, O.; GONÇALVES, R.A. (2014). Uma revisão das práticas atuais na intervenção com agressores conjugais. *Revista de psiquiatria Clínica* **41**(2): 40-48. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-608300000000008>
- DOBSON, D.; DOBSON, K.S. (2010). *A terapia cognitivo-comportamental baseada em evidências*. Porto Alegre: Artmed.
- ECHAURI, J.; FERNÁNDEZ-MONTALVO, J.; MARTÍNEZ, M.; AZKARATE J. (2013). Effectiveness of a treatment programme for immigrants who committed gender-based violence against their partners. *Psicothema*, **25**(1): 49-54. <http://dx.doi.org/10.7334/psicothema2012.75>
- ECHEBURÚA, E.; FERNÁNDEZ-MONTALVO, J.; AMOR, P. J. (2006). Psychological Treatment of Men Convicted of Gender Violence: A Pilot Study in Spanish Prisons. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, **50**(1): 57-70.
- ECHEBURÚA, E.; SARASUA, B.; ZUBIZARRETA, I.; AMOR, P.J.; CORRAL, P. (2010). Variables predictoras del rechazo, abandono y fracaso terapéutico en hombres violentos contra su pareja tratados psicológicamente en un marco comunitario. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, **10**: 403-420.
- ECHEBURÚA, E. (2013). Adherencia al tratamiento en hombres maltratadores contra la pareja en un entorno comunitario: Realidad actual y retos de futuro. *Psychosocial Intervention*, **22**(2): 87-93. <https://doi.org/10.5093/in2013a11>
- ECHEBURÚA, E.; AMOR, P.J. (2016). Hombres violentos contra la pareja: ¿tienen un trastorno mental y requieren tratamiento psicológico?. *Terapia psicológica*, **34**(1): 31-40. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-48082016000100004>

- ESPAÑA. (2004). Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. Disponível em <http://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2004-21760>. Acesso em 07/01/2019
- FORAN, H.M.; O' LEARY, K.D. (2008). Problem drinking, jealousy, and anger control: variables predicting physical aggression against a partner. *Journal of Family Violence*, **23**(3): 141-148. <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-007-9136-5>
- GALANESs, M.; TABERNERO, C. (2013). El impacto del entrenamiento cognitivo-conductual. Un estudio exploratorio con agresores de género. *Anuario de Psicología Jurídica*, **23**: 11-19. <http://dx.doi.org/10.5093/aj2013a3>
- GARCIA, L.P.; DUARTE, E.C.; FREITAS, L.R.S.; SILVA, G.D.M. (2016). Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. *Cadernos de Saúde Pública*, **32**(4): 1-11. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00011415>
- LILA, M.; CATALÁ, A.; CONCHELL, R.; GARCÍA, A.; LORENZO, M.V.; PEDRÓN, V.; TERREROS, E. (2010). Una Experiencia de Investigación, Formación e Intervención con Hombres Penados por Violencia contra la Mujer en la Universidad de Valencia: Programa Contexto. *Intervención Psicosocial*, **19**(2):167-179. <http://dx.doi.org/10.5093/in2010v19n2a8>
- LIMA, D. C.; BÜCHELE, F. (2011). Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, **21**(2): 721-743. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312011000200020>
- LOEFFLER, C.H.; PRELOG, A.J.; UNNITHAN, N.P.; POGREBIN, M.R. (2009). Evaluating Shame Transformation in Group Treatment of Domestic Violence Offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, **54**(4): 517-536. <http://dx.doi.org/10.1177/0306624X09337592>
- LOPES, P.V.L.; LEITE, F. (2013). Serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra mulheres: As possibilidades de intervenção em uma perspectiva institucional de gênero. In LOPES, P. V. L.; & LEITE, F. (Orgs.), *Atendimento a homens autores de violência doméstica: Desafios à política pública* (pp, 17-44). Rio de Janeiro: ISER.
- MANITA, C. (2006). Programa de intervenção em agressores de violência conjugal: intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. *Ousar integrar – revista de reinserção social e prova*, **1**(1): 21-32.
- MANITA, C.; MATIAS, M. (2016). Programa para Agressores: Modificar comportamentos abusivos no âmbito das relações de intimidade e prevenir a reincidência. In WILLIAMS, L. C.; & HABIGZANG, L. F (Orgs.), *A outra face da violência: Agressores em múltiplos contextos* (pp. 149-163). Brasil: Juruá.
- MCMAHON, K.; HOERTEL, N.; WALL, M.M.; OKUDA, M.; LIMOSIN, F.; BLANCO, C. (2015). Childhood maltreatment and risk of intimate partner violence: A national study. *Journal of Psychiatric Research*, **69**: 42-49. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jpsychires.2015.07.026>

- MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M.G. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto-Enfermagem*, **17**(4): 758-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em 07/01/2019.
- MILLER, W.; ROLLNICK, S. (2002). *Motivational interviewing: Preparing people to change addictive behavior*. 2nd ed. Guilford; New York.
- MOLINA-GUERRERO, M.; MORENO-MANSO, J.M.; GUERRERO-BARONA, E.; CRUZ-MARQUÉZ, B. (2016). Atribución de responsabilidad en condenados por violencia de género. *Apuntes de Psicología*, **34**(1): 27-35. Disponível em: <http://www.apuntesdepsicologia.es/index.php/revista/article/view/584/438>. Acesso em 07/01/2019.
- PADOVANI, R.C.; WILLIAMS, L.C.A. (2002). Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: Um estudo de caso. *Psicologia e Estudo*, **7**(2): 13-17. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722002000200003>
- PAIXÃO, G.P.N.; PEREIRA, A.; GOMES, N.P.; SOUZA, A.R.; ESTRELA, F.M.; SILVA, F.U.R.P. et al. (2018). Naturalização, reciprocidade e marcas da violência conjugal: percepções de homens processados criminalmente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, **71**(1): 178-84. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0475>
- POLETO, M.P.; RENNER, A.M.; REBESCHINI, C.; ARTECHE, A.X. (2018). Intervenções psicológicas para homens perpetradores de violência contra mulher: uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, **11**(2):268-283. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2018.112.11>
- RODRÍGUEZ-ESPARTAL, N.; LOPEZ-ZAFRA, E. (2013). Programa emocional para presos por violencia de género (PREMOVIGE): efectividad en variables cognitivas y conductuales. *Psychosocial Intervention*, **22**(2): 115-123. <http://dx.doi.org/10.5093/in2013a14>
- ROSA, A.G.; BOING, A.F.; BÜCHELE, F.; OLIVEIRA, W.F.; COELHO, E.B. (2008). A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor de violência. *Saúde e Sociedade*, **17**(3):152-160.
- SAFFIOTI, H.I.B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna
- SAFFIOTI, H.I.B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, **13**(4): 82-91. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>
- SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, **8**(1): 102-6. Disponível em: http://www.astresmetodologias.com/material/O_que_e_RIL.pdf. Acesso em 07/01/2019.
- SOUZA, T.M.C.; SOUSA, Y.L.R. (2015). Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. *Revista da SPAGESP*, **16**(2): 59-74.
- WINCK, G.E.; STREY, M.N. (2007). Percepções sobre o gênero em homens acusados de agressão. *Psico* **38**(3): 246-253.

ZANCAN, N.; WASSERMANN, V.; LIMA, G.Q. (2013). A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando Famílias*, **17**(1): 63-76.

Submetido em: 10.09.2018

Aceito em: 14.01.2019